



GRITO COLETIVO E SAÚDE MENTAL NA ESCOLA: GÊNERO E EXPRESSÕES EMOCIONAIS DE ALUNAS DO SOME

COLLECTIVE RITUAL AND MENTAL HEALTH IN SCHOOL: GENDER AND EMOTIONAL EXPRESSIONS OF SOME FEMALE STUDENTS

DOI: 10.5281/zenodo.20388720



*Raimundo Gomes de Souza*¹

*Ana Márcia Pereira da Silva*²

*Idilena das Graças Siqueira Santos*³

*Tarciso do Socorro Melo da Costa*⁴

*Udimar José Gomes Pereira*⁵

*Edna do Socorro Diniz Sacramento*⁶

*Raimundo Cardoso Nery*⁷

RESUMO

O sofrimento psíquico de adolescentes intensificou-se no contexto escolar, especialmente entre meninas em territórios socialmente vulneráveis. No Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), em comunidades rurais da Amazônia paraense, estudantes vivenciam isolamento geográfico, fragilidade da escuta familiar e escassez de apoio psicossocial. Em 2023, em uma turma do Ensino Médio do SOME em Moju/PA, ocorreu um episódio de choro coletivo feminino durante atividade de expressão emocional, evidenciando sofrimento compartilhado. O estudo justifica-se pela necessidade de compreender a expressão emocional feminina na escola e o papel do ambiente educativo como espaço de acolhimento. Objetivou-se analisar o sofrimento psíquico e suas formas de expressão, com ênfase no episódio coletivo entre meninas. A pesquisa adotou abordagem quali-quantitativa, de natureza descritivo-interpretativa. Participaram 27 estudantes (18 meninas e 9 meninos), sendo que a

1 Doutor em Ensino de Ciências e Matemática. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2252-0459>

2 Especialização em Relações Étnico-raciais. E-mail: am.historiadora@hotmail.com

3 Especialização em Geografia da Amazônia. E-mail: idilena.santos@escola.seduc.pa.gov.br

4 Licenciatura e Bacharel em Ciências Sociais. E-mail: tarcisocmelo@gmail.com

5 Licenciatura em História. E-mail: udimarpereira50@gmail.com

6 Especialista em Gestão Ambiental. E-mail: sacramentoedna623@gmail.com

7 Licenciatura em Ciências Naturais Habilitação em Biologia. E-mail: raimundo.nery@escola.seduc.pa.gov.br





análise privilegia o recorte das alunas. Utilizou-se questionário estruturado com questões abertas e fechadas, abrangendo sintomas emocionais, comunicação afetiva, relações familiares e percepção de apoio, além de observação participante. Os dados quantitativos foram tratados por estatística descritiva e os qualitativos por análise temática interpretativa. Os achados indicam maior visibilidade do sofrimento psíquico entre meninas, associado à incompreensão familiar e à dificuldade de expressão emocional. O choro coletivo emergiu como expressão intersubjetiva de dor e reconhecimento entre pares. Conclui-se que a escola constitui espaço central de escuta e acolhimento, onde o sofrimento psíquico feminino se torna visível e compartilhável.

Palavras-chave: Saúde Mental Escolar. Sofrimento Psíquico de Gênero. Adolescentes. Emoções Coletivas; SOME.

ABSTRACT

Psychological distress among adolescents has intensified within the school context, particularly among girls in socially vulnerable territories. In the Modular Education System (SOME), in rural communities of the Pará Amazon, students experience geographic isolation, fragile family listening, and limited psychosocial support. In 2023, in a high school class within SOME in Moju/PA, an episode of collective crying among girls occurred during an emotional expression activity, evidencing shared distress. This study is justified by the need to understand female emotional expression in school and the role of the educational environment as a space of care and support. The objective was to analyze psychological distress and its forms of expression, with emphasis on the collective episode among girls. The research adopted a mixed-methods approach of a descriptive-interpretative nature. A total of 27 students participated (18 girls and 9 boys), with the analysis focusing on the experiences of the female students. A structured questionnaire with open - and closed-ended questions was used, addressing emotional symptoms, affective communication, family relationships, and perceived support, in addition to participant observation. Quantitative data were analyzed using descriptive statistics, while qualitative data were examined through interpretative thematic analysis. The findings indicate greater visibility of psychological distress among girls, associated with family misunderstanding and difficulties in emotional expression. Collective crying emerged as an intersubjective expression of pain and recognition among peers. It is concluded that the school constitutes a central space for listening and support, where female psychological distress becomes visible and shareable.

Keywords: School Mental Health. Gendered Psychological Distress. Adolescents. Collective Emotions. SOME.

1. INTRODUÇÃO

A intensificação do sofrimento psíquico entre adolescentes, particularmente entre meninas, tem se configurado como uma das questões mais urgentes no campo educacional





contemporâneo, especialmente em contextos escolares atravessados por vulnerabilidades sociais, pressões acadêmicas e fragilidade das redes institucionais de cuidado. Estudos nacionais e internacionais apontam crescimento consistente de sintomas de ansiedade, tristeza persistente e ideação depressiva entre estudantes do Ensino Médio (WHO, 2021; Brasil, 2019), evidenciando que, embora o sofrimento atravessasse a juventude de forma ampla, suas formas de expressão e visibilidade são marcadas por diferenças de gênero (Nolen-Hoeksema, 2001).

Nessa perspectiva, é importante atentar para o fato de que a escola emerge como espaço simultaneamente formativo e produtor de tensões emocionais, no qual determinadas experiências, como a dor feminina, tornam-se mais visíveis e socialmente reconhecidas. Além do mais, temos no Brasil a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que reconhece a necessidade do desenvolvimento de competências socioemocionais e do cuidado integral com o estudante. Entretanto, a materialização desse princípio nas práticas escolares permanece limitada, sobretudo em territórios educacionais periféricos e modalidades itinerantes como o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) – a maior política de inclusão educacional da Amazônia –, onde as condições de permanência, vínculo e acompanhamento psicossocial são estruturalmente mais frágeis.

Nesse cenário, durante a aplicação de um instrumento investigativo sobre ansiedade, tristeza e depressão com estudantes do Ensino Médio do SOME, ocorreu um episódio de intensa manifestação emocional coletiva, caracterizado por choro simultâneo e deslocamento de várias alunas para a parte posterior da escola. A concentração das manifestações mais visíveis entre meninas, contrastando com a relativa contenção emocional masculina, evidenciou um fenômeno que ultrapassa a dimensão individual do sofrimento e se inscreve nas regulações socioculturais de gênero que autorizam a dor feminina e interditam a vulnerabilidade masculina. Esse episódio mostra que, embora o sofrimento psíquico juvenil seja amplamente discutido na literatura educacional e psicológica, permanece pouco explorada a dimensão coletiva e generificada de sua expressão em contextos escolares



vulnerabilizados, especialmente em modalidades educacionais não urbanas e itinerantes do contexto amazônico.

É importante ressaltar que a compreensão desse fenômeno exige situar as emoções como construções socioculturais mediadas historicamente. Nesse sentido, a perspectiva de gênero, inaugurada por Simone de Beauvoir (2012) ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se”, e aprofundada pela noção de performatividade de Judith Butler (1990), permite compreender que a expressão emocional também é socialmente produzida e regulada. Além do mais, é importante perceber que meninas são socializadas para externalizar dor, buscar apoio e compartilhar sofrimento, enquanto meninos são incentivados à contenção e ao silêncio emocional. Essas ideias estão de acordo com a psicologia histórico-cultural, quando esta concebe a emoção como função psicológica superior mediada socialmente (Vygotsky, 2001), além de reforçar que manifestações como o choro coletivo constituem linguagem social de sofrimento e não mera reação individual. Assim, apesar dessas contribuições teóricas, ainda se observa uma lacuna empírica na literatura quanto à análise de episódios emocionais coletivos em escolas de contextos rurais/periféricos sob enfoque de gênero e institucionalidade educativa.

Diante dessa lacuna, coloca-se o seguinte problema de pesquisa: por que, em um contexto escolar comum de sofrimento psíquico adolescente, as expressões emocionais mais intensas e públicas emergem predominantemente entre estudantes do gênero feminino, e o que isso revela sobre as mediações socioculturais de gênero e as condições institucionais de escuta no ambiente escolar do SOME? Para dar conta desse problema, o presente texto trouxe como objetivo analisar o sofrimento psíquico e suas formas de expressão entre estudantes do Ensino Médio do SOME, com ênfase no episódio de manifestação emocional coletiva entre meninas, compreendendo-o como fenômeno social, educativo e de gênero.

Por fim, é importante enfatizar que ao iluminar a predominância feminina nas expressões públicas de dor, este estudo desloca o olhar do indivíduo para as tramas sociais que autorizam ou silenciam emoções na escola. Além do mais, é importante compreender que o choro das meninas não é excesso, fragilidade ou descontrole: é linguagem social, é pedido



de reconhecimento, é denúncia de ausências institucionais. Historicamente, o feminino foi associado à sensibilidade e à emoção como forma de desvalorização; aqui, entretanto, essa mesma expressividade emerge como potência política e epistêmica, tornando visível o que a cultura masculina do silêncio tende a ocultar. Se o sofrimento atravessa todos, mas apenas algumas podem chorá-lo publicamente, então o gênero não apenas diferencia emoções — ele define quem pode existir emocionalmente no espaço escolar. Reconhecer a dor feminina como fenômeno social e educativo é passo decisivo para que a escola deixe de apenas testemunhar lágrimas e passe, enfim, a escutá-las.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ADOLESCÊNCIA, ESCOLA E SOFRIMENTO PSÍQUICO

A adolescência constitui um período de reorganizações psíquicas e sociais, marcado pela reorganização da identidade e pela ampliação das demandas emocionais e relacionais. Para Erikson (1968), essa etapa é atravessada pelo conflito entre identidade e confusão de papéis, no qual o sujeito busca reconhecimento, pertencimento e validação social, tornando-se particularmente sensível à rejeição e ao julgamento. No contexto escolar, essa vulnerabilidade é potencializada pelas exigências acadêmicas, pelas avaliações constantes e pelas pressões por desempenho, configurando a escola como um espaço simultaneamente formativo e tensionado. Ariés (1981) já evidenciava que a escolarização moderna prolonga a dependência juvenil e intensifica a inserção dos jovens em dispositivos institucionais de controle, impactando diretamente a constituição subjetiva.

Estudos contemporâneos em psicologia escolar indicam um aumento significativo de sintomas de ansiedade, depressão e sofrimento psíquico entre adolescentes, associados a fatores como sobrecarga escolar, insegurança socioeconômica e fragilidade das redes de apoio. Nessa lógica de pensamento segundo Souza (2010), o sofrimento psíquico no espaço escolar não pode ser compreendido como um fenômeno individual, mas como uma produção social, atravessada por condições institucionais e desigualdades estruturais. Complementando





essas ideias, Charlot (2000) ressalta que a relação do estudante com o saber está intrinsecamente ligada às suas condições de existência, o que implica reconhecer que o fracasso escolar, a desmotivação e a angústia são expressões de processos mais amplos. Assim, o sofrimento adolescente emerge da complexa intersecção entre desenvolvimento psíquico, exigências escolares e vulnerabilidades sociais.

Diante desse cenário, a BNCC (2018) assume um papel estratégico ao afirmar a educação integral como princípio estruturante, reconhecendo que o desenvolvimento cognitivo não pode ser dissociado das dimensões emocionais, sociais e éticas. Assim, ao instituir competências gerais como o autoconhecimento, o autocuidado, a empatia, a cooperação e a responsabilidade, a BNCC (2018) desloca o foco de uma educação meramente conteudista para uma formação que considera o sujeito em sua totalidade. Trata-se de um avanço significativo ao contexto educacional, pois insere, no próprio currículo, a necessidade de trabalhar as emoções como parte constitutiva do processo educativo, reconhecendo que aprender envolve também sentir, se relacionar e se posicionar no mundo.

Entretanto, é importante mencionar que a potência normativa da BNCC (2018) também impõe desafios concretos às escolas, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais, como os territórios amazônicos. Esses desafios devem-se ao fato de que a incorporação das competências socioemocionais exige mais do que diretrizes curriculares: demanda práticas pedagógicas intencionais, formação docente consistente e condições institucionais que sustentem o cuidado com a saúde mental dos estudantes. De acordo com essa lógica de pensamento, a escola é convocada a se constituir como espaço de acolhimento, escuta e intervenção, capaz de reconhecer e enfrentar o sofrimento psíquico juvenil. Com isso podemos afirmar que a BNCC (2018) não apenas orienta o currículo, mas tensiona a própria função social da escola, ao exigir que ela se comprometa com a formação integral e com a promoção de vidas mais dignas, emocionalmente sustentáveis e socialmente situadas.





2.2 GÊNERO, EMOÇÕES FEMININAS E SOFRIMENTO PSÍQUICO EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

As emoções não constituem apenas estados internos, mas práticas socialmente reguladas e distribuídas de forma desigual entre os gêneros. Nessa lógica de entendimento, a perspectiva inaugurada por Beauvoir (1949) estabelece que o feminino é construção histórica e cultural, produzida por processos de socialização que definem comportamentos, expectativas e formas legítimas de expressão. Nesse quadro, a sensibilidade, a fragilidade e a emotividade foram historicamente associadas às mulheres, enquanto a racionalidade e o autocontrole foram atribuídos aos homens. Corroborando com essas ideias, Bourdieu (1998) demonstra que tais disposições constituem habitus de gênero, incorporados desde a infância e reproduzidos nas práticas sociais, incluindo a expressão emocional.

É importante enfatizar que a teoria da performatividade de gênero de Butler (1990) aprofunda essa compreensão ao afirmar que o gênero se realiza por atos reiterados socialmente regulados, entre os quais se incluem modos de sentir e expressar emoções. Nessa lógica de pensamento, meninas aprendem que a expressão da dor é socialmente autorizada e até esperada, enquanto que os meninos são socializados para o silêncio emocional. De acordo com pesquisas envolvendo emoções, como as de Hochschild (1983), evidenciam que mulheres são culturalmente responsabilizadas pelo trabalho emocional como cuidado, empatia e expressão afetiva, o que por sua vez amplia sua exposição pública ao sofrimento. Desse modo, a predominância feminina nas manifestações emocionais coletivas na escola não decorre de maior fragilidade individual, mas de regimes culturais de gênero que autorizam e organizam a visibilidade da emoção feminina.

Nesse sentido, o sofrimento psíquico feminino deve ser analisado a partir das desigualdades estruturais que atravessam a condição das mulheres na sociedade. Estudos como de Saffioti (2004) demonstram que a socialização feminina ocorre sob relações de poder patriarcais que combinam subordinação simbólica, sobrecarga de responsabilidades e restrições de autonomia, produzindo maior exposição a tensões emocionais. Essas discussões





permitem enfatizar que na adolescência, tais desigualdades manifestam-se em pressões relacionadas à aparência, sexualização precoce, violência de gênero e expectativas de cuidado, fatores associados à maior prevalência de ansiedade e depressão entre meninas.

Ainda corroborando com essas ideias, temos a perspectiva interseccional de Crenshaw (1991) que evidencia que gênero se articula à classe, raça e território, ampliando vulnerabilidades em contextos socialmente precarizados, como os atendidos pelo SOME. Esse debate é acrescido com pesquisas brasileiras em saúde coletiva, como as de Spink (2003), segundo as quais o sofrimento psíquico feminino emerge frequentemente em contextos de invisibilidade social e ausência de reconhecimento, nos quais a expressão emocional torna-se forma de denúncia. Assim, podemos perceber que o choro coletivo entre as alunas pode ser compreendido como manifestação situada em desigualdades de gênero e condições sociais que intensificam a vulnerabilidade psíquica feminina.

2.3 EMOÇÃO, ESCOLA E SAÚDE MENTAL DE MENINAS NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Na psicologia histórico-cultural, as emoções são compreendidas como funções psicológicas superiores mediadas socialmente, constituídas nas interações e práticas culturais. Nessas ideias Vygotsky (2001) argumenta que pensamento e emoção formam uma unidade dinâmica na consciência humana, sendo ambos moldados por mediações sociais e simbólicas. Desse modo podemos perceber que o sofrimento psíquico não pode ser reduzido a estados internos individuais, pois expressa relações sociais internalizadas. É importante enfocar que o choro coletivo, nesse contexto, configura-se como forma de expressão emocional compartilhada, emergindo da identificação entre sujeitos que dividem significados culturais da dor. Corroborando com essas ideias, Luria (1979) demonstra que processos afetivos superiores são organizados culturalmente, variando conforme práticas sociais e contextos históricos. Essas ideias são aprofundadas por Leontiev (1978), segundo o qual a emoção é entendida como relação do sujeito com o significado de sua atividade social. Desse modo, é





possível perceber que a manifestação emocional coletiva observada na escola expressa não apenas estados internos, mas significados compartilhados sobre sofrimento, reconhecimento e pertencimento. Assim, a emoção coletiva revela-se, portanto, fenômeno social que emerge quando experiências individuais encontram mediação simbólica comum.

Nessa perspectiva a escola contemporânea é convocada a assumir funções de cuidado e promoção de saúde mental, porém permanece estruturada prioritariamente pela lógica do desempenho e da avaliação. Em consonância com essas ideias, Foucault (1975) enfatiza que as instituições modernas como a escola operam dispositivos disciplinares que regulam corpos e comportamentos, frequentemente silenciando experiências subjetivas que escapam à norma. Nesse quadro, o sofrimento psíquico tende a permanecer invisível até emergir em manifestações disruptivas ou coletivas. Em alinhamento com essa abordagem, Saviani (2003) ressalta que a função social da escola inclui a formação humana integral, o que implica reconhecer dimensões afetivas e sociais do educando, não apenas cognitivas.

É importante ressaltar que no campo da educação e de gênero, Louro (1997) demonstra que a escola participa ativamente da produção de feminilidades e masculinidades, regulando comportamentos, emoções e expectativas de gênero. Tal regulação influencia a forma como meninas vivenciam e expressam sofrimento no espaço escolar. Reforçando essa compreensão em Psicologia Educacional, temos pesquisas como as de Placco e Almeida (2008), que evidenciam que a escola constitui um espaço relacional no qual a escuta e o acolhimento são dimensões institucionais fundamentais do trabalho pedagógico. Sob essa perspectiva a ausência desses dispositivos de cuidado tende a afetar de modo mais intenso estudantes em condição de vulnerabilidade social. Em reforço a essa perspectiva, podemos enfatizar que manifestações emocionais coletivas na escola podem ser compreendidas como expressão de sofrimento psíquico e como indicador de fragilidades institucionais de cuidado, evidenciando a necessidade de políticas escolares de atenção psicossocial sensíveis às desigualdades, incluindo as de gênero.





3. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como estudo de abordagem qualitativa, com suporte quantitativo descritivo, de natureza descritivo-interpretativa, cujo objetivo foi identificar e analisar as manifestações de sofrimento psíquico entre estudantes do Ensino Médio do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) em contexto rural amazônico (Creswell, 2014; Minayo, 2014). O estudo foi realizado em uma escola pública do município de Moju (PA), em território marcado por vulnerabilidades sociais e limitado acesso a serviços especializados de saúde mental, o que confere centralidade à escola como espaço de expressão e acolhimento emocional.

Participaram da pesquisa 27 estudantes, com idades entre 15 e 18 anos, sendo 18 meninas e 9 meninos, incluídos por adesão voluntária e mediante autorização institucional, assegurando anonimato e confidencialidade, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Para fins analíticos, este artigo adota recorte específico nas experiências das meninas, considerando que nelas se concentram as manifestações mais explícitas de sofrimento emocional, permitindo problematizar a dimensão de gênero na produção e expressão do sofrimento psíquico juvenil.

A produção de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário estruturado, composto por dez questões — abertas e fechadas —, instrumento amplamente utilizado em pesquisas descritivas para a identificação de padrões e percepções em contextos sociais (Gil, 2008). Os itens fechados possibilitaram a identificação de indicadores de sofrimento psíquico e percepção de apoio, enquanto os itens abertos permitiram a exploração das experiências emocionais das estudantes.

Os dados quantitativos foram analisados por meio de estatística descritiva simples (frequências e percentuais), enquanto os dados qualitativos foram submetidos à análise temática interpretativa, envolvendo leitura compreensiva, identificação de unidades de sentido e construção de categorias analíticas (Minayo, 2014). Registros observacionais do contexto escolar, incluindo manifestações emocionais coletivas, foram utilizados como suporte





interpretativo, contribuindo para a compreensão do fenômeno em sua dimensão vivida e relacional, em diálogo com a fenomenologia da experiência (Merleau-Ponty, 1945).

A triangulação entre os dados do questionário e as observações possibilitou maior consistência analítica. Como limitação, destaca-se o recorte em uma única turma e em um contexto específico do SOME, o que restringe generalizações. Ainda assim, o estudo contribui para a compreensão das expressões emocionais de estudantes do Ensino Médio amazônico e para o desenvolvimento de práticas escolares voltadas ao cuidado socioemocional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora a pesquisa tenha contado com 27 estudantes do Ensino Médio SOME, este artigo assume como recorte analítico central as 18 meninas (66,7%), deslocando o foco para as experiências femininas de sofrimento psíquico no espaço escolar. Essa escolha não é meramente descritiva, mas política e epistemológica, ao reconhecer que as manifestações emocionais mais intensas emergiram entre as estudantes, tornando visível um campo de experiência historicamente atravessado por relações de gênero. Longe de indicar uma suposta maior fragilidade feminina, tal visibilidade deve ser compreendida como efeito das normas sociais que autorizam às mulheres a expressão do sofrimento, ao mesmo tempo em que silenciam ou deslegitimam a dor masculina, conforme problematiza Butler (1990). Nesse sentido, o sofrimento psíquico das meninas não apenas se manifesta, mas se torna inteligível no interior de uma ordem de gênero que regula quem pode falar, sentir e ser reconhecido em sua dor. A análise da intensidade emocional (Tabela 1) evidencia predominância de níveis moderados, com presença expressiva de níveis elevados e ausência de registros extremos, configurando um quadro de sofrimento persistente, difuso e incorporado ao cotidiano dessas jovens.





Tabela 1: Intensidade do sofrimento psíquico relatado por meninas

Intensidade	Nº meninas	Interpretação
Baixa (1–3)	3	Sofrimento leve
Moderada (4–6)	12	Sofrimento significativo
Alta (7–9)	3	Sofrimento intenso
Máxima (10)	0	—

Fonte: Dos autores

O dado central da Tabela 1 demonstra que 83,3% das meninas apresentam sofrimento moderado ou alto, configurando um padrão coletivo e não episódico. Trata-se de um indicador robusto de sofrimento psíquico disseminado, que ultrapassa casos isolados e aponta para uma condição estrutural. Conforme Souza (2010), esse sofrimento deve ser compreendido como socialmente produzido, articulando exigências escolares, desigualdades e relações interpessoais. Mesmo nos níveis moderados, os relatos revelam sobrecarga emocional, tristeza recorrente e desmotivação, indicando que a mensuração numérica não esgota a complexidade da experiência vivida. Essa dimensão relacional do sofrimento, já evidenciada em sua intensidade na Tabela 1, torna-se mais clara quando se observam os problemas apontados como mais graves pelas estudantes (Tabela 2).

Tabela 2: Principais fontes de sofrimento psíquico entre as meninas

Problema	Frequência
Confusão emocional	11
Dificuldade de relacionamento	10
Não ser compreendida pelos pais	9
Relacionamentos afetivos	7
Bullying	6
Aparência/autoestima	6
Sexualidade	5
Autonomia financeira	2

Fonte: Dos autores.

Nota: Questão de múltipla resposta; as participantes puderam assinalar mais de uma alternativa.





A análise da Tabela 2 evidencia que o sofrimento psíquico das meninas concentra-se em dimensões emocionais e relacionais, com destaque para a confusão emocional (11), as dificuldades de relacionamento (10) e a sensação de não serem compreendidas pelos pais (9). Considerando tratar-se de questão de múltipla resposta, os dados revelam não apenas a frequência, mas a sobreposição de experiências, indicando que o sofrimento não se organiza de forma isolada, mas acumulada e interdependente. Esse padrão evidencia que o mal-estar juvenil feminino não se estrutura prioritariamente em torno de carências materiais, mas de experiências de reconhecimento, pertencimento e validação afetiva. A recorrência de aspectos como relacionamentos afetivos (7), bullying (6), aparência/autoestima (6) e sexualidade (5) indica que o corpo, os vínculos e a imagem social ocupam lugar central na produção desse sofrimento, evidenciando a incidência de normas de gênero que regulam expectativas sobre feminilidade, aceitação e valor social.

Nesse sentido, mais do que expressões individuais, tais experiências apontam para uma condição relacional marcada por exigências de adequação e pela constante negociação de identidade no olhar do outro. Conforme argumenta Gilligan (1982), a construção da subjetividade feminina está profundamente vinculada às relações e à busca por reconhecimento, enquanto Nolen-Hoeksema (2001) destaca a maior tendência feminina à ruminação emocional, o que pode intensificar a vivência do sofrimento. Assim, os dados indicam que o sofrimento psíquico das meninas não apenas se manifesta com maior visibilidade, mas se estrutura em torno de dinâmicas sociais e simbólicas que atravessam seus corpos, afetos e modos de existir no espaço escolar.

A baixa incidência de fatores materiais, já evidenciada na Tabela 2, reforça que o sofrimento psíquico das meninas não se estrutura prioritariamente em torno de carências econômicas, mas de fragilidades nos vínculos afetivos e nas relações de reconhecimento. Essa dinâmica se aprofunda na análise da comunicação familiar apresentada na Tabela 3, revelando limites importantes nas redes primárias de escuta.





Tabela 3: Comunicação emocional com pais (meninas)

Resposta	Nº meninas
Fala com a mãe	7
Fala com ambos	2
Não fala com nenhum	9

Fonte: Dos autores

Os dados indicam que metade das estudantes (9 de 18) não consegue dialogar com nenhum dos pais sobre seus sentimentos, enquanto apenas duas relatam abertura com ambos, evidenciando um cenário de restrição significativa da escuta no ambiente familiar. Mesmo entre aquelas que conseguem falar, a mãe aparece como principal interlocutora, o que revela a persistência de uma divisão de gênero no cuidado emocional, na qual às mulheres é atribuída a função de acolhimento afetivo. Por outro lado, o silêncio em relação aos pais — especialmente paternos — aponta para barreiras simbólicas que dificultam a expressão do sofrimento, sobretudo em temas como sexualidade, relações afetivas e conflitos identitários.

Nesse contexto, o ambiente familiar, que deveria operar como espaço privilegiado de proteção, tende a se configurar como território de silenciamento ou escuta parcial, produzindo efeitos diretos na elaboração emocional dessas jovens. Como discutem Louro (1997) e Saffioti (2004), as normas de gênero e as estruturas familiares historicamente construídas regulam não apenas os comportamentos, mas também os modos de sentir, falar e existir, contribuindo para a internalização do sofrimento entre meninas. Assim, a dificuldade de comunicação não representa apenas uma limitação relacional, mas expressa um dispositivo social mais amplo que restringe a circulação da palavra feminina e intensifica a vivência solitária da dor. Esse cenário se intensifica quando se observa a experiência direta de sofrimento psíquico entre as meninas, apresentada na Tabela 4.

Tabela 4: Experiência de sofrimento psíquico e depressão (meninas)

Situação	Nº	%
Depressão diagnosticada	2	11,1%
Ansiedade/tristeza frequente (sem diagnóstico)	16	88,9%
Total	18	100%

Fonte: Dos autores





A análise da Tabela 4 evidencia que a quase totalidade das estudantes (88,9%) vivencia sofrimento emocional recorrente, ainda que sem diagnóstico formal, configurando um quadro de adoecimento psíquico difuso e naturalizado no cotidiano dessas jovens. Esse dado revela que o sofrimento feminino não se limita aos casos clinicamente reconhecidos, mas se manifesta de forma contínua, muitas vezes invisibilizada ou deslegitimada, especialmente quando não atende aos critérios biomédicos de diagnóstico. Nessa perspectiva, o que se observa não é ausência de adoecimento, mas limites institucionais e sociais no reconhecimento dessa dor.

Os relatos de automutilação, ideação suicida e isolamento não podem ser compreendidos apenas como respostas individuais, mas como expressões de um sofrimento que se inscreve nos corpos e nas subjetividades das meninas, atravessado por normas de gênero que regulam emoções, comportamentos e formas de existir. A antecipação de quadros depressivos em idades precoces (11–12 anos), ainda que em menor número, reforça a intensidade dessas experiências e aponta para processos de internalização do sofrimento desde fases iniciais da adolescência. Assim, mais do que indicadores clínicos, os dados evidenciam um padrão de sofrimento persistente, silencioso e socialmente produzido, que desafia tanto os limites do diagnóstico tradicional quanto a capacidade das instituições escolares de reconhecer e intervir de forma qualificada nesse fenômeno.

A dimensão social do sofrimento psíquico entre as meninas se intensifica quando se considera o entorno relacional em que estão inseridas, conforme evidenciado na Tabela 5. Observa-se que 33,3% conhecem pessoas com depressão, 22,2% tiveram contato com casos de suicídio próximo e 11,1% convivem com mães depressivas, indicando que o sofrimento ultrapassa a experiência individual e se inscreve nas relações familiares e comunitárias. Esses dados revelam que as adolescentes não apenas vivenciam seu próprio sofrimento, mas também são atravessadas pelo sofrimento de outros, assumindo, muitas vezes, posições de escuta, cuidado e implicação emocional.





Tabela 5: Contato com pessoas depressivas (meninas)

Situação	Nº	%
Conhecem pessoas depressivas	6	33,3%
Mãe depressiva	2	11,1%
Conhecem suicídio próximo	4	22,2%

Fonte: Dos autores

Sob uma perspectiva de gênero, essa exposição adquire contornos específicos, uma vez que as meninas são socializadas para a sensibilidade relacional e para o cuidado com o outro, o que pode ampliar sua vulnerabilidade emocional diante do sofrimento alheio. Conforme apontam Goodman e Gotlib (1999), a presença de depressão materna, por exemplo, constitui fator de risco significativo para o desenvolvimento de sofrimento psíquico em filhas, não apenas por aspectos biológicos, mas sobretudo pelos processos de identificação e pelas dinâmicas emocionais compartilhadas no ambiente familiar. Nesse sentido, o sofrimento psíquico assume também uma dimensão intergeracional e relacional, sendo vivido e significado no interior de vínculos afetivos.

Assim, os dados indicam que o sofrimento psíquico entre as meninas não está isolado no indivíduo, mas circula nas redes sociais e familiares, tornando-se uma experiência compartilhada e, em certa medida, naturalizada. Essa naturalização, aliada à sobrecarga emocional historicamente atribuída ao feminino, pode intensificar os impactos subjetivos do sofrimento, reforçando padrões de vulnerabilidade que se reproduzem ao longo das trajetórias juvenis.

Em contraste com a fragilidade das redes familiares — nas quais apenas 7 estudantes relataram diálogo com a mãe e 2 com ambos os pais —, emerge com força o papel da escola como principal espaço de apoio emocional. A partir das respostas abertas, 16 das 18 meninas indicaram a escola e os professores do SOME como sua principal referência de escuta e acolhimento. Esse dado evidencia uma inversão significativa: a instituição escolar deixa de ser percebida apenas como espaço de exigência acadêmica e passa a atuar como território de proteção psíquica.





As atividades de escuta, integração e a presença do psicólogo produziram efeitos concretos nas experiências das estudantes, como alívio emocional, sensação de pertencimento e possibilidade de expressão. Esses achados reforçam o que apontam Dayrell (2007) e Weare e Nind (2011) sobre o potencial da escola como fator protetivo, especialmente em contextos de vulnerabilidade, nos quais as redes familiares se mostram fragilizadas.

Nesse contexto, o episódio do choro coletivo pode ser compreendido como expressão máxima desse acúmulo de sofrimento e, simultaneamente, de reconhecimento compartilhado. Longe de ser um evento isolado, trata-se de um fenômeno social, no qual o sofrimento individual se transforma em experiência coletiva. Em diálogo com Merleau-Ponty (1945), é possível perceber que o corpo se torna lugar de manifestação do vivido, enquanto, em Ahmed (2004), emoções coletivas produzem comunidades afetivas. O choro, portanto, não é apenas descarga emocional, mas linguagem social do sofrimento feminino, historicamente silenciado.

Assim, os resultados indicam que o sofrimento psíquico das meninas é predominantemente relacional, socialmente produzido e emocionalmente compartilhado, atravessado por fragilidade familiar, exposição a contextos vulneráveis e intensificação na experiência escolar. Ao mesmo tempo, revelam a potência da escola como espaço de escuta e cuidado, evidenciando que intervenções pedagógicas e psicológicas não apenas acompanham o processo educativo, mas intervêm diretamente na produção de sentido e na sustentação emocional das estudantes.

É necessário enfatizarmos que o choro sempre foi uma das linguagens mais humanas da existência. Antes mesmo das palavras, foi através do choro que aprendemos a dizer ao mundo que precisávamos de cuidado, presença e acolhimento. No entanto, em uma sociedade que transformou o sofrimento em fraqueza e o silêncio em mecanismo de sobrevivência, muitas pessoas aprenderam a engolir as próprias lágrimas para continuar funcionando diante da vida. Contudo, é importante compreendermos que há momentos em que a dor deixa de ser individual e transborda coletivamente. Isso porque o choro coletivo nasce exatamente nesse encontro entre dores que, embora diferentes, se reconhecem. Ele acontece quando alguém finalmente rompe o silêncio e, ao fazê-lo, permite que outros também percebam que estavam





cansados de sofrer sozinhos. Há algo profundamente humano quando um grupo inteiro se emociona junto: naquele instante, as máscaras sociais enfraquecem, os papéis rígidos desmoronam e as pessoas voltam a se enxergar não como números, funções ou aparências, mas como seres vulneráveis, atravessados por medos, perdas, angústias e esperanças.

Um fato importante a mencionar é que talvez uma das maiores tragédias do nosso tempo seja o fato de existirem tantas pessoas sofrendo cercadas de gente. Pessoas que sorriem enquanto desabam internamente. Jovens que choram escondidos no banheiro da escola ou no isolamento do quarto de sua casa. Pais que silenciam suas dores para não parecerem fracos diante dos filhos. Professores emocionalmente exaustos tentando sustentar alunos igualmente adoecidos. Famílias inteiras vivendo juntas, mas emocionalmente separadas por muros invisíveis de silêncio, medo e incomunicabilidade.

E então, às vezes, o choro rompe. Rompe numa roda de conversa. Rompe durante uma fala inesperada. Rompe quando alguém finalmente encontra coragem para dizer: “Eu não estou bem.” E, quando isso acontece, o ambiente muda. Porque o choro coletivo não é apenas expressão de tristeza; ele é também um ato de reconhecimento mútuo. Ao ver o outro chorar, muitos percebem que sua própria dor também era legítima. As lágrimas deixam de ser vergonha e passam a ser linguagem compartilhada de humanidade. É nesses momentos que precisamos estar abertos a perceber que há choros que nascem do desespero, mas existem choros que nascem do alívio de finalmente não precisar fingir força o tempo inteiro.

Nesse sentido, o mais inquietante é perceber quantas pessoas passam anos sem encontrar um espaço seguro para chorar. Quantas aprenderam que precisam ser fortes o tempo todo. Quantas foram ensinadas desde cedo a esconder sentimentos para não incomodar ninguém. Aos poucos, a sociedade vai formando sujeitos emocionalmente cansados, incapazes de falar sobre si, presos em rotinas de sobrevivência afetiva. E talvez seja por isso que, quando o choro finalmente emerge, ele venha tão intenso: porque não carrega apenas a dor daquele instante, mas o acúmulo de silêncios de uma vida inteira. O choro coletivo possui uma potência que ultrapassa a emoção individual. Ele humaniza ambientes endurecidos, aproxima pessoas distantes e desmonta a falsa ideia de que sentir é sinal de fraqueza. Em





muitos casos, chorar diante do outro é um dos atos mais corajosos que alguém pode realizar. Porque exige abandonar defesas, romper máscaras e permitir-se existir em estado de verdade.

Nesse cenário, é importante entender que talvez o mundo precise menos de pessoas fingindo invulnerabilidade e mais de espaços onde seja possível dizer, sem medo: “Eu estou cansado”, “Eu estou sofrendo”, “Eu preciso de ajuda.” Enquanto o sofrimento permanecer escondido, continuaremos produzindo pessoas emocionalmente isoladas em meio à multidão. É justamente nesse ponto que o choro, quando acolhido, deixa de ser apenas dor. Ele se transforma em encontro. E encontros humanos verdadeiros têm o poder de salvar pessoas que estavam desaparecendo silenciosamente dentro de si mesmas.

Diante disso, permanecer indiferente já não pode ser uma opção. Não podemos continuar cruzando os braços enquanto adolescentes adoecem em silêncio diante de nós. Não podemos naturalizar olhares vazios, choros escondidos, crises silenciosas e pedidos de ajuda disfarçados de isolamento, agressividade ou ausência. Colocar uma venda e fingir não ver também é uma forma de abandono. Há jovens esperando apenas que alguém perceba que eles não estão bem. Há estudantes sobrevivendo emocionalmente dentro das salas de aula enquanto o mundo insiste em exigir desempenho sem enxergar sofrimento. Talvez a grande urgência do nosso tempo seja reaprender a cuidar uns dos outros antes que o silêncio continue levando embora pessoas que ainda poderiam ter sido alcançadas pelo acolhimento, pela escuta e pela presença humana.

CONCLUSÃO

Este estudo analisou as expressões emocionais e os sofrimentos vivenciados por alunas do SOME em territórios rurais da Amazônia paraense, evidenciando que a escola se configura simultaneamente como espaço de proteção simbólica e de intensificação de vulnerabilidades psicossociais. Os resultados revelam que o “grito coletivo” manifestado pelas estudantes, por meio de narrativas, silêncios, choros, metáforas corporais e relatos de exaustão, constitui uma linguagem socialmente situada de sofrimento de gênero, atravessada





por desigualdades estruturais, sobrecargas de trabalho doméstico, trajetórias escolares precárias e inseguranças territoriais, bem como pela fragilidade das redes familiares de escuta, expressa na dificuldade de diálogo com os pais e na recorrente sensação de incompreensão emocional. Assim, a saúde mental escolar emerge não como dimensão individualizada, mas como fenômeno social, relacional e territorializado.

Em consonância com essa perspectiva, pode-se afirmar que as análises demonstram que as experiências emocionais das alunas estão profundamente marcadas por processos de feminização da responsabilidade familiar, adultização precoce e naturalização do sacrifício feminino em contextos de pobreza rural. Além do mais, é importante ressaltar que o sofrimento psíquico relatado, ansiedade, tristeza persistente, sensação de aprisionamento e medo do abandono escolar relacionam-se diretamente às condições materiais de vida e às expectativas de gênero que limitam projetos de futuro. Nesse sentido, o estudo confirma que a saúde mental de meninas do campo não pode ser compreendida fora das interseções entre gênero, território, classe social e acesso desigual a direitos educacionais e sociais.

Um ponto que merece destaque é o fato de os achados indicarem que o SOME possui valor simbólico e afetivo central na vida dessas estudantes, sendo percebido como oportunidade rara de continuidade escolar, pertencimento coletivo e reconhecimento social. A permanência na escola, apesar das adversidades logísticas, das longas distâncias e das precariedades estruturais, expressa uma forma de resistência feminina e de afirmação de dignidade. O “grito coletivo” não se restringe ao sofrimento: ele também enuncia desejo de permanecer, aprender e transformar trajetórias historicamente limitadas para mulheres rurais amazônicas. A escola modular, portanto, configura-se como território ambivalente de dor, mas também de esperança.

Nesse sentido, é importante enfatizar que o estudo contribui para a compreensão da saúde mental escolar em contextos rurais amazônicos ao evidenciar que expressões emocionais femininas devem ser interpretadas como produções socioculturais situadas, e não como fragilidades individuais. A noção de “grito coletivo” permite deslocar o foco da patologização para a escuta política do sofrimento, reconhecendo emoções como linguagem





social de denúncia e de busca por reconhecimento. Tal perspectiva amplia o debate sobre gênero e educação ao integrar dimensões emocionais, territoriais e estruturais na análise das trajetórias escolares de meninas do campo.

Ressalta-se que no plano educacional e de políticas públicas, os resultados apontam a urgência de incorporar a saúde mental como eixo estruturante das práticas pedagógicas e da organização escolar no SOME, especialmente com enfoque de gênero. Reforçando essa compreensão, isso implica fortalecer espaços seguros de escuta, apoio psicossocial itinerante, articulação escola-família-comunidade e ações intersetoriais que enfrentem desigualdades que incidem sobre meninas rurais. Em reforço a essa perspectiva, também é importante o destaque à necessidade de formação docente sensível às questões de gênero e sofrimento emocional em contextos de vulnerabilidade territorial, evitando leituras individualizantes do sofrimento estudantil.

Como limites, reconhece-se o recorte territorial específico e o número de participantes, embora a densidade qualitativa das narrativas permita interpretações socialmente relevantes. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o escopo para outros territórios amazônicos e incluam perspectivas comparativas com estudantes do sexo masculino, bem como investigações longitudinais sobre permanência escolar e saúde mental no SOME. Em síntese, o estudo demonstra que as expressões emocionais das alunas constituem um “grito coletivo” que denuncia desigualdades de gênero e, simultaneamente, afirma a escola como espaço de possibilidade. Escutar esse grito é condição ética e política para a construção de uma educação rural amazônica mais justa, cuidadora e emancipatória.

REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. **The cultural politics of emotion**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.





BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUTLER, Judith. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1229039>. Acesso em: 12 jan. 2026.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105–1128, 2007. <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GILLIGAN, Carol. **In a different voice: psychological theory and women’s development**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GOODMAN, Sherryl H.; GOTLIB, Ian H. Risk for psychopathology in the children of depressed mothers: a developmental model. **Psychological Review**, v. 106, n. 3, p. 458–490, 1999. Disponível em: <https://persweb.wabash.edu/facstaff/hortonr/articles%20for%20class/maternal%20depression.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2026.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **The managed heart: commercialization of human feeling**. Berkeley: University of California Press, 1983.

LEONTIEV, Alexei N. **Activity, consciousness and personality**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1978.





LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LURIA, Alexander R. **The making of mind: a personal account of Soviet psychology**. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Phénoménologie de la perception**. Paris: Gallimard, 1945.

NOLEN-HOEKSEMA, Susan. Gender differences in depression. **Current Directions in Psychological Science**, v. 10, n. 5, p. 173–176, 2001. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/1467-8721.00142>. Acesso em: 11 jan. 2026.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (orgs.). **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. 5ª Ed. São Paulo: Loyola, 2008.

RATCLIFFE, Matthew. Feelings of being: phenomenology, psychiatry and the sense of reality. **Oxford: Oxford University Press**, 2008.

DOI: [10.1093/med/9780199206469.001.0001](https://doi.org/10.1093/med/9780199206469.001.0001). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284302168_Feelings_of_Being_Phenomenology_Psychiatry_and_the_Sense_of_Reality. Acesso em: 11 jan. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SPINK, Mary Jane Paris. **Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

STEIN, Edith. *Zum Problem der Einfühlung*. Halle: Buchdruckerei des Waisenhauses, 1917.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Psicologia escolar e políticas públicas em educação: desafios contemporâneos. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 14, n. 1, p. 129–136, 2010. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/psicologia-escolar-e-politicas-publicas-em-educacao-desafios-10iyw3mnmh.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2026.





VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WEARE, Katherine; NIND, Melanie. Mental health promotion and problem prevention in schools: what does the evidence say? **Health Promotion International**, v. 26, supl. 1, p. i29–i69, 2011. Disponível em: https://academic.oup.com/heapro/article/26/suppl_1/i29/562409. Acesso em: 12 jan. 2026

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Adolescent mental health. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-mental-health>. Acesso em: 12 jan. 2026.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

Recebido em: 10/04/2026

Aprovado em: 02/05/2026

Publicado em: 25/05/2026

